



## CONDIÇÕES MATERIAIS DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ

FERREIRA, José Samuel<sup>1</sup>

SILVA, Luana Luzia<sup>2</sup>

FUMES, Neiza de Lourdes Frederico<sup>3</sup>

**Grupo de Trabalho (GT): Políticas Públicas e Gestão da Educação**

### RESUMO

As condições materiais são de extrema relevância quando se pensa em uma educação de qualidade. Diante disso, o presente artigo parte da seguinte problemática: quais são as condições materiais que constituem a materialidade das aulas de Educação Física Escolar em uma escola pública estadual de Alagoas? O objetivo foi analisar as condições materiais para as aulas de Educação Física em uma escola pública da Rede Estadual de Alagoas. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de uma entrevista semiestruturada com a professora de Educação Física da referida escola. Os dados evidenciam fragilidades nas condições materiais, ao mesmo tempo em que revelam uma prática docente comprometida com a participação de todos os alunos nas aulas, mesmo diante das limitações estruturais.

**Palavras-chave:** Condições materiais. Educação física escolar. Alagoas.

### INTRODUÇÃO

A Educação Física brasileira passou por um período fortemente influenciado pela concepção do esporte de rendimento, especialmente entre as décadas de 1960 e início de 1980. Nessa época, surgiram diversas críticas a essa lógica nas escolas, uma vez que as aulas estavam voltadas quase exclusivamente para a formação de atletas que representassem a instituição em jogos estudantis. Com foco no rendimento técnico, na padronização dos movimentos e em práticas corporais de caráter estritamente competitivo, muitos alunos que não se encaixavam nesse modelo eram excluídos das atividades.

O movimento renovador, surgido e amplamente divulgado na década de 1980, criticava a concepção de Educação Física centrada no rendimento e propunha mudanças que visavam sua superação. Defendia uma prática que valorizasse a cultura corporal do povo, indo além da ênfase exclusiva na aptidão física (Castellani Filho, 2023; Nogueira, 2023).

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: jose.ferreira@iefe.ufal.br

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas. UFAL. E-mail: luana.luzia@fale.ufal.br

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alagoas- UFAL. E-mail: neiza.fumes@iefe.ufal.br





Dado o exposto, para a discussão em tela, no âmbito da Educação Física Escolar e de sua legitimação na educação básica, é importante destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996), que a tornou um componente curricular obrigatório na Educação Básica.

Não obstante esse reconhecimento, muitas heranças da lógica esportiva permanecem, entre elas a centralidade do esporte de rendimento nas aulas de Educação Física, com práticas pedagógicas que podem conduzir à exclusão de estudantes, incluindo os alunos do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Essa realidade compromete o acesso à educação, fruto de importantes conquistas históricas, como a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), além de afetar a formação integral desses sujeitos.

É importante destacar que, para que haja inclusão de fato, não basta que os alunos estejam matriculados na escola regular; é necessário garantir o acesso, a permanência e a efetividade da aprendizagem.

## OBJETIVOS

Este trabalho objetiva analisar as condições materiais para as aulas de Educação Física em uma escola pública da Rede Estadual de Alagoas.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Soares Neto *et al* (2013, p. 89), “[...] somente 0,6% das escolas apresentam uma infraestrutura considerada avançada”, o que evidencia o quanto nossos educandos estão inseridos em ambientes físicos pouco propícios ao aprendizado. O autor também destaca, do ponto de vista de quem ensina, que, com a falta de suporte para “[...] o desenvolvimento do seu trabalho, a atuação do professor fica prejudicada, ou seja, o suporte institucional é fundamental para que o professor possa desenvolver um bom trabalho educacional” (Soares Neto *et al.*, 2013, p. 377).

Segundo a Unesco (2019), a infraestrutura é uma prioridade na área educacional no Brasil, sendo corroborada pela agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que





[...] enfatiza a importância de os governos se comprometerem a construir e melhorar as instalações físicas das escolas, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, para promover ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos para todos (Unesco, 2019, p. 7).

Foi com base na Agenda 2030 que, no Brasil, foram elaborados documentos que tratam sobre a importância da construção e melhoria da infraestrutura da escola, como o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE, 2014-2024).

## PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, com produção de dados empíricos realizada em uma escola estadual localizada no bairro Benedito Bentes, em Maceió, estado de Alagoas. O Benedito Bentes, bairro onde está situada a escola pesquisada, é o maior de Maceió e de Alagoas, com uma área de 24,627 km<sup>2</sup> e um perímetro urbano de 26.731,15 metros. Localizado na parte alta da cidade, região marcada por maiores índices de vulnerabilidade social, o bairro concentra uma população significativa em contextos de desigualdade socioeconômica. Outrossim, a escola pesquisada pertence à rede estadual de ensino e trabalha com turmas do 6º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A organização do calendário escolar é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), sendo estruturada em etapas bimestrais. O ano letivo é composto por quatro bimestres, com avaliações quantitativas que variam de 0 (zero) a 10,0 (dez), sendo a nota mínima para aprovação 6,0 (seis). Os estudantes têm direito à recuperação paralela, realizada ao final de cada bimestre, e à recuperação final, conforme as orientações previstas na legislação educacional vigente.

A pesquisa contou com a participação de uma professora de Educação Física que atuava na unidade escolar e ministrava aulas para turmas com alunos do Público-Alvo da Educação Especial. Para a produção dos dados, foi utilizado como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturada.

Minayo (2016) afirma que a entrevista reflete a realidade e nos apresenta elementos principais que só são acessíveis por meio do entrevistado, enquanto os elementos





secundários podem ser obtidos por outros meios. Para a análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo do tipo análise temática (Gomes, 2016; Bardin, 2011).

Conforme a proposta de Dias e Mishima (2023), construímos uma planilha com quatro colunas dispostas da esquerda para a direita na seguinte ordem: “tema”, “núcleo de sentido”, “unidade de contexto” e “unidade de registro”. O preenchimento dessa planilha ocorre da direita para a esquerda, ou seja, inicia-se pela “unidade de registro”, seguida pela “unidade de contexto”, pelo “núcleo de sentido” e, por fim, pelo “tema”, que pode agrupar vários núcleos de sentido.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Alagoas, e cadastrada na Plataforma Brasil, sob o nº 81456624.0.0000.5013, cujo parecer de aprovação é de nº 7.106.440, datado de 27 de setembro de 2024.b.

## RESULTADOS

A seguir, exploraremos o tema central identificado a partir da entrevista realizada com a professora: as condições materiais para o trabalho docente na perspectiva da inclusão dos alunos do PAEE nas aulas de Educação Física.

Já no início da conversa, a professora aponta a falta ou insuficiência de material pedagógico, fato que reflete a realidade de muitas escolas públicas, que enfrentam dificuldades para oferecer melhores condições de ensino e aprendizagem:

Em relação aos materiais... **a escola é pobre em relação aos materiais** [...]” (Professora entrevistada)

A falta de materiais também é mencionada por Cadó *et al.* (2021), que, ao pesquisarem a acessibilidade arquitetônica e instrumental em quatro escolas, apontam a insuficiência de recursos. Esse dado corrobora o relato da professora, que, ao ser questionada sobre os recursos materiais disponíveis e a infraestrutura da escola, confirmou essa precariedade:

[...] sobre materiais, a escola conta com poucos materiais, mas o básico do básico, bola de futsal, uma de vôlei, uma de basquete, alguns cones, e alguns coletes que **nós compramos para os jogos internos do ano passado, né?**” (Professora entrevistada).





[...] **eu já cheguei a comprar materiais com dinheiro do meu bolso**, para ver muitas coisas acontecendo aqui. (professora entrevistada).

A fala da professora revela uma situação grave, porém comum nas escolas brasileiras: a compra de materiais por parte do próprio docente. Infelizmente, essa realidade é bastante presente em nossas instituições de ensino, conforme aponta um levantamento realizado pelo Instituto Península, que evidencia que grande parte dos professores precisa arcar com gastos pessoais para suprir a falta de recursos nas escolas:

[...] 79,8% dos professores informaram já ter comprado material com dinheiro do próprio bolso em algum momento. Entre os materiais adquiridos pelo próprio docente mais comuns estão bolas de futsal (19,2%), bolas de vôlei (17%), bambolês (13,6%) e bolas de handebol (11,2%) (Instituto Península, 2023).

Além da quantidade insuficiente de materiais, tem-se as condições em que tais materiais se encontram na escola:

[...] a gente sofre, porque o material se desgasta, se perde[...]" (Professora entrevistada).

A professora expressa um sentimento de sofrimento diante da falta de manutenção ou reposição dos materiais, pois sente que suas aulas são prejudicadas. Ela planeja o ano letivo contando com os recursos necessários, mas, com o passar do tempo, se depara com a ausência ou insuficiência desses materiais para a regência, o que compromete sua prática docente.

A falta de materiais pode levar o professor a realizar adaptações nas práticas corporais ensinadas; entretanto, chega um momento em que os alunos precisam ter acesso a conhecimentos específicos sobre temas da cultura corporal de movimento, para os quais são necessários materiais adequados e específicos. Essa situação dificulta ou restringe a aprendizagem efetiva, dependendo dos objetivos pedagógicos pretendidos.

As precárias condições dos materiais também são destacadas por Cadó *et al.* (2021), Silva *et al.* (2022) e Santos, Ferreira e Santos (2024), que ressaltam a baixa qualidade dos recursos disponíveis, uma realidade recorrente nas escolas públicas, especialmente no componente curricular de Educação Física.





Diante dessa situação, a professora recorre à confecção ou à compra de material pedagógico, uma prática comum entre muitos docentes que, diante da precariedade dos recursos, buscam alternativas para que as aulas possam acontecer. Esse cenário gera um sentimento de angústia, como mencionado anteriormente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propomos analisar as condições materiais das aulas de Educação Física em uma escola pública da Rede Estadual de Alagoas. Assim, podemos identificar aspectos que configuram obstáculos para a efetivação desse processo.

Ao examinar as condições materiais relacionadas à inclusão escolar, destaca-se a falta ou insuficiência de recursos que dificultam o planejamento eficaz do ensino por parte do professor. Esse problema é ainda mais grave para os alunos do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), que necessitam de instrumentos acessíveis e adaptáveis às suas necessidades específicas de aprendizagem.

Nesse sentido, é fundamental que as Políticas Públicas voltadas para a educação inclusiva sejam devidamente implementadas, o que requer investimentos, planejamento e cumprimento das metas estabelecidas para o processo inclusivo. É preciso garantir que as escolas públicas disponham dos recursos necessários para que todas as atividades educativas sejam efetivadas, incluindo a participação plena dos alunos PAEE nas aulas de Educação Física.

Estes alunos devem ter acesso e oportunidades de aprendizagem relativas aos temas da cultura corporal de movimento, que, assim como em outros componentes curriculares, são essenciais para a formação humana integral.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CADÓ, Lenice de Fátima; KERN, Angélica Cristina; GASPARY, Felipe de Lima; PALMA, Luciana Erina. Acessibilidade instrumental e arquitetônica em aulas de Educação Física. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 265-278, 13 jan. 2021. Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36311/2674-8681.2020.v21n2.p265-278>. Acesso em: 20 jul. 2025.







CASTELLANI FILHO, Lino. Quando o simples pensar é revolucionário: ensaio sobre uma educação física crítica, em cenário educacional voltado à criticidade. *In*: MALDONADO, Daniel Teixeira (org.). **A vida nas escolas**: por uma prática político-pedagógica crítica na educação física escolar. Curitiba: Crv, 2023. p. 1-170.

SANTOS, Francianne Farias dos; FERREIRA, Dorimar Gomes; SANTOS, João Otacilio Libardoni dos. O professor de educação física e os entraves na escolarização de alunos com deficiência. **Práxis Educacional**, v. 20, n. 51, p. 1-21, 13 mar. 2024.

SEABRA JÚNIOR, Manoel Osmar; FIORINI, Maria Luiza Salzani. Caminhos para a inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física: estratégias de ensino e recursos pedagógicos. *In*: MANZINI, Eduardo José (org.). **Educação especial e inclusão**: temas atuais. São Carlos: Abpee, 2013. p. 1-254.

SILVA, Érika Priscila de Sousa; SANTOS, José Carlos dos; NERY, Simone Silva Santos; BRITO, Aline de Freitas. Professores de educação física e inclusão: ainda há caminhos para percorrer. **Educação**, p. 1-24, 7 nov. 2022.

SOARES NETO, José Joaquim. *et al.* Uma escala para medir a infraestrutura escolar. Estudos em **Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

UNESCO. Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil. – Brasília : UNESCO, 2019. 122 p

